

O QUE SIGNIFICA A DRÁSTICA REDUÇÃO DO COMÉRCIO DE RUA NO BRASIL?

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Mestre em Direito
Procurador da Fazenda Nacional
Brasília, 11 de julho de 2026

Já recebi inúmeros vídeos retratando uma drástica redução do comércio de rua no Brasil. As imagens mostram, em diversas cidades do Brasil, uma infinidade de lojas fechadas ostentando placas ou cartazes com os dizeres: “aluga-se” ou “vende-se”.

Os remetentes dos filmes mencionados afirmam que as imagens são provas cabais da “falência” do Brasil, da enorme redução da atividade econômica ou do empobrecimento da sociedade brasileira. Imputa-se ao governo federal, conduzido pelo senhor Lula, a responsabilidade pelo fracasso econômico.

Fiz um considerável esforço de pesquisa e análise para tentar entender a realidade mostrada nos vídeos recebidos. Uma constatação “caseira” me apontou um caminho a ser seguido. Com efeito, a portaria do meu condomínio (de apartamentos) parece uma agência de correios com intenso movimento de entregas de produtos comprados via internet.

Cogitei, então, da seguinte hipótese: o refluxo do comércio de rua decorria do aumento do chamado comércio on-line. A confirmação dessa conjectura demandava levantar os dados relacionados com os fluxos de vendas via internet ao longo dos últimos anos.

As informações apuradas indicaram os seguintes valores para o faturamento (volume de vendas) do comércio eletrônico no Brasil (em bilhões de reais):

2016: 44,4

2017: 47,7

2018: 53,2

2019: 61,9

2020: 87,4

2021: 150,8

2022: 169,6

2023: 185,7

2024: 203,4

2025: 235,5

Para os anos de 2016 a 2020 foram utilizados os dados dos Relatórios Webshoppers (Ebit/NielsenIQ). Para os anos de 2021 a 2025 foram usados elementos disponibilizados pela ABComm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico).

Até 2019, período anterior à pandemia da covid-19, observa-se um crescimento moderado. O ano de 2020 é considerado o “pico pandêmico”. A partir de 2021 ocorre a consolidação e expansão do costume das compras on-line.

Os especialistas em comércio eletrônico destacam quatro questões especialmente relevantes:

a) o pix, introduzido no final de 2020, transformou o fluxo de caixa do e-commerce brasileiro. Em 2024, com cerca de 40% do volume transacionado, ele já competia diretamente com o cartão de crédito;

b) há dez anos a maioria esmagadora das compras on-line era realizada por intermédio de computadores de mesa (desktops). Atualmente, mais de dois terços das operações são realizadas diretamente por aplicativos em smartphones ou redes sociais;

c) a desconcentração do comércio eletrônico atingiu as regiões geográficas e as empresas. Historicamente concentradas na região Sudeste, as compras via internet tiveram forte expansão no Nordeste e no Sul nos últimos anos. Paralelamente, as micro e pequenas empresas registraram um salto expressivo na participação do faturamento online após a criação de facilidades logísticas pelos grandes marketplaces (Mercado Livre, Amazon e Shopee);

d) as comodidades do comércio eletrônico não conseguem ser batidas pelo comércio tradicional em relação à maioria dos produtos, notadamente quanto: d.1) a variedade de opções; d.2) preços mais baixos; d.3) parcelamentos mais elásticos e d.4) recebimento na residência (elimina deslocamentos e exposição a situações potencialmente inseguras).

Um dado recentemente divulgado parece confirmar a crescente importância da internet e suas redes sociais, particularmente em relação ao comércio eletrônico. “Pela primeira vez, a internet recebeu mais investimentos publicitários do que a TV aberta no Brasil. Dados divulgados pelo Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp) mostram que a publicidade digital movimentou R\$ 2,14 bilhões no primeiro trimestre de 2026, alta de 24,3% em relação ao mesmo período do ano passado./Com o avanço, a internet passou a concentrar 38,3% de toda a verba destinada à mídia no país, ultrapassando a TV aberta, que recebeu R\$ 1,75 bilhão, o equivalente a 31,3% do mercado” (fonte: metropoles.com).

Portanto, não se sustenta a afirmação da “falência” da economia brasileira a partir do refluxo do comércio de rua. O que ocorreu foi a migração massiva do comércio tradicional para o ambiente eletrônico da internet em aplicativos, sites e redes sociais.

Alguns importantíssimos dados macroeconômicos confirmam a inexistência dos propalados empobrecimento da sociedade brasileira ou da falência/quebra do aparelho de Estado. Com efeito, é possível constatar:

a) a existência, segundo o Banco Central do Brasil, de reservas monetárias superiores a 300 bilhões de dólares;

b) o ano passado (2025) consolidou o quinto período consecutivo de expansão da atividade econômica no país, fechando com um crescimento de 2,3%, totalizando R\$ 12,7 trilhões em termos nominais. O PIB per capita registrou ganho real de 1,9%, atingindo R\$ 59.687 (fonte: ibge.gov.br);

c) a arrecadação federal tem registrado marcas históricas, impulsionada pelo desempenho positivo da atividade econômica interna (fonte: gov.br/receitafederal);

d) o país vivencia taxas de desemprego historicamente baixas em comparação com a última década, mantendo a absorção de mão de obra e a massa salarial real em patamares elevados (fonte: PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Essas constatações não significam o sucesso da política econômica do governo Lula 3. O rentismo, que captura mais de 2 trilhões de reais por ano, reina dominante no cenário socioeconômico e trava o efetivo desenvolvimento econômico com justiça social. Vivenciamos, em paralelo, níveis alarmantes de endividamento das famílias. Ademais, são inúmeros e intocáveis os mecanismos de manutenção de profundos privilégios financeiros (benefícios fiscais, subsídios, sonegação, etc).

Destaque-se, como já chamei atenção em outro escrito, que a ausência de mudanças estruturais na realidade socioeconômica brasileira é comum aos governos, pelo menos, desde 1985 (redemocratização). Nesse sentido, todos esses governos são fundamentalmente iguais, incluindo Bolsonaro e Lula.

Por fim, pondero a imperiosa necessidade de cuidado para concluir nesse ou naquele sentido como explicação para determinados fenômenos, sobretudo socioeconômicos. A realidade, corretamente apreendida, funciona como régua da verdade. As preferências políticas podem ser lentes viabilizadoras de elevados graus de distorção.